



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 04 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Lázaro Dumont.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Helio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Adalberto Daros, e Luiz Alberto Oliveira. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O. Sr. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 13/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 54/74, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a OTAVIO MOREIRA DA SILVA. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 8, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 26/75.

Levanta-se a Sessão.

C O N V O C A Ç Ã O

Pelo presente, na forma regimental, ficam convocados os Senhores Deputados indicados pelas respectivas Lideranças, para no dia 7 (sete), segunda-feira, às 17,00 horas na Sala de Reuniões das Comissões, reunirem-se sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, Vice-Presidente da Casa, e instalarem

e elegerem o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Curitiba, 04 de abril de 1975.

- a) PAULO CAMARGO — Presidente
- a) ALFREDO GULIN
- a) DAVID FEDERMANN
- a) FUAD NACLI
- a) LINEU TURRA
- a) WALTER PIETRÂNGELO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO ESPECIAL, DESTINADA À DELIBERAÇÃO DO NOME PROPOSTO PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, PARA O CARGO DE PREFEITO MU- NICIPAL DA CIDADE DE CURITIBA.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Aguiinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Francisco Escorsin, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domicio Scaramella e Del Ciel. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

OSR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão Especial, destinada à deliberação da Assembléia sobre o nome indicado pelo Sr. Governador do Estado para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

Antes que se iniciem os trabalhos, propriamente, deseja a Presidência fazer alguns esclarecimentos sobre as normas que expressamente regulam o andamento desta Sessão Especial, contidas na Resolução nº 2/66, Lei nº 5.410 e dispositivos constitucionais pertinentes:

A deliberação sobre o nome indicado se fará em Discussão Única, pelo voto da maioria absoluta dos Srs. Deputados, mediante escrutínio secreto.

Os oradores previamente inscritos para discutir a matéria poderão fazer uso da palavra uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Também no encaminhamento da votação os Deputados previamente inscritos poderão falar uma única vez, pelo prazo de 10 minutos.

Os apartes não poderão exceder de dois minutos, não sendo admitidos durante o encaminhamento da votação.

Existem três oradores inscritos para discutir a matéria. Srs. Deputados Ezequias Losso, Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 41/75, oriunda da Mensagem nº 16/75 do Poder Executivo, submetendo à deliberação deste Poder a indicação do nome do Engenheiro SAUL RAIZ para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. Com parecer da COMISSÃO ESPECIAL.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A legitimidade da indicação do nome do Engenheiro Saul Raiz, filiado à Aliança RENovadora Nacional, à Prefeitura Municipal da Capital do Estado, como já afirmamos anteriormente se afigura com o fato de serem majoritárias as Bancadas arenistas desta Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de Curitiba, poderes autenticamente constituídos para o exercício da representação do povo.

Além deste importante fator de estabilidade político-administrativa, atentamos para o "curriculum vitae" do ilustre curitibano que nesta Sessão é destacado. Verificamos a leitura daquele documento, somaram-se condições para um eficiente desempenho na condução dos assuntos de interesse geral do Município. Por outro lado, o Engenheiro Saul Raiz tem demonstrado vivo interesse em dialogar, especialmente com a classe política, legítima depositária dos anseios populares. Compareceu a esta Casa, ouviu as ponderações dos Srs. Deputados, respondeu prontamente às perguntas que lhe foram dirigidas, mostrou conhecer os problemas atuais da cidade, ao tempo que anunciou continuidade do magnífico trabalho de abertura de novas perspectivas que visam a melhoria das condições sociais, culturais e econômicas de nossa gente. Particularmente, este Deputado, que representa também a população curitibana, vê na cidade industrial de Curitiba recém-inaugurada pelo então Prefeito Jayme Lerner, uma das melhores soluções para o aumento da renda per capita dos moradores da região. Consequentemente o comércio pode ser estimulado e a arrecadação dos impostos indiretos ser aumentada, resultando maiores recursos para a execução, pelo Poder Público, das obras e prestação de serviços indispensáveis ao bem estar social. Assim evita-se onerar ainda mais a míngua receita da família da classe média e dos trabalhadores, o engenheiro Saul Raiz em feliz resposta à indagação que formulamos a respeito deste empreendimento, tranquilizou-nos quanto à sua concretização em ritmo acelerado, homologado seu nome.

Poderíamos alinhar outras razões bem como qualidades pessoais, tais como: despreendimento, dinamismo e espírito público na busca de melhores soluções. Concluímos, porém anunciando que, alinhando com o Governador Jayme Canet Jr. e acatando a recomendação do nosso Partido, daremos o nosso voto de confiança a Saul Raiz, rogando a Deus todo poderoso lhe conceda sempre a sabedoria do Alto, para o bem estar de todos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao segundo orador inscrito, tenho a honra de anunciar a presença neste Plenário dos Srs. Deputados Federais Norton Macedo e Ari Kfuri.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Firmado por todos os componentes da Bancada do MDB desta Casa, passo a fazer a seguinte declaração de abstenção na votação da Mensagem nº 16/75.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, poder-se-ia afirmar, usando uma das mais vigorosas expressões de Sampaio Dória, que a liberdade é o próprio sangue que circula nas artérias da Democracia e que sem eleições livres não há regime democrático, salvo os regimes de exceção de direita ou de esquerda, assim rotulados.

Como o grande objetivo do povo brasileiro é a plena de-

mocracia e esta tem como pressuposto a eleição direta por sufrágio secreto, de candidatos livremente escolhidos pelos partidos legalmente constituídos e na vivência de todos os direitos assegurados pela República, que é sinônimo de lei, o MDB sempre condenou com veemência a eleição indireta para qualquer cargo eletivo, e em nenhum instante, fez concessões nesse princípio; não contestou a indicação de Governador algum, nem de Prefeito Municipal. E agora, quando já se tem constitucionalmente assegurada a eleição pelo povo do Governador do Estado em 1978, confia-se em que o Congresso Nacional pratique ato consentâneo com a vontade popular.

Primeiramente, vedando qualquer manifestação contrária neste sentido, como não o fez ao acolher a Emenda Constitucional nº 2 de 2 de maio de 1972, que subtraiu ao povo, nos Estados-membros da União, o direito de escolher seus mandatários já para o presente período governamental. Mas, ao contrário, que seja proposta Emenda à Constituição determinando a eleição direta também para os Prefeitos da Capital e das estâncias hidro-minerais.

Dai, não analisar, nossa Bancada, o mérito de nenhuma indicação, fixando-se a mesma preliminarmente, em posição de não participar da votação.

O processo de prévia aprovação de nomeação de Prefeito Municipal pelo Governador, ora em discussão, fere frontalmente o dispositivo inicial da Carta Magna.

"TODO PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDADO".

Todos os governantes juram cumprir e respeitar a Constituição e as Leis do País e dos Estados-membros. E o preceito de nossa Constituição significa afirmar-se, na repisada definição de Lincol, que "Democracia é governo do povo (isto é, em que a origem do poder é o povo)". "Pelo Povo" (Significando que ao povo deve ser dado o exercício do poder) "e para o povo" (que se traduz em ser a promoção do bem comum a precípua finalidade do governo).

Estes princípios refletem as grandes conquistas da humanidade inseridas em sua história e alcançadas pelas guerras civis, pelas revoluções, pelas lutas das classes oprimidas contra os opressores do Direito e da Justiça e detentores do Poder econômico que destruía e escravizava a sociedade.

Por isso, agride ao bom-senso jurídico pretender-se como está consumado entre nós, que os fatos sociais e políticos se acomodam dentro de uma legislação de encomenda, calcados em atos institucionais que pisam e esmagam aqueles preceitos constitucionais.

Chocante, contra-senso, que abala as mais caras tradições da cultura jurídica brasileira!

O resultado são contradições impasses até mesmo dentro dos critérios fabricados: enquanto o Presidente da República indica Governador para sanção da Assembléia Legislativa, que fiscalizará seus atos, o Governo indica o Prefeito da Capital, para sanção da mesma Assembléia, porém a fiscalização dos atos deste ocorrerá por conta da Câmara dos Vereadores, que não foi ouvida nem considerada.

A contradição torna-se ainda mais gritante pelo fato de que essas indicações, via de regra, não satisfazem a vontade popular. Especificamente, no caso de Curitiba, em recente pleito o povo manifestou sua vontade de modo claro e contundente, rechaçando os dispositivos vigentes mutiladores da nossa soberania.

Não excluímos o nosso Partido de participar, onde se faz majoritário, de tal processo. Mas, onde isso ocorre, tais decisões são tomadas com independência: nem os que participam, nem os que se abstem de tal processo agem sob qualquer influência. A Direção Nacional do MDB e nossos representantes no Congresso, assim como os representantes no Congresso, assim como os representantes estaduais em relação aos municípios, mantêm intacto o respeito à jurisdição de cada um, sem intromissões, mesmo porque, se houvesse, seriam indevidos, e como tais, repe-

lidas de imediato.

E se naqueles Estados onde o MDB detém a maioria dos Deputados Estaduais, este não votasse, os Municípios ficariam precariamente organizados, em prejuízo do próprio voto. Ademais, não pugnamos por princípios liberais visando a supressão da ordem, mas sim porque somente neles vemos claramente definida a segurança de todas as instituições que integram o Estado de Direito e do Povo. E se houver lugar para um representante do MDB lutar por essa causa, que é do povo, nos empenharemos em seu favor.

Nesta augusta Assembléia o assunto, no mérito, diz respeito unicamente, à ilustrada Bancada da ARENA, que conta com a maioria absoluta necessária para a aprovação pretendida pela Mensagem em exame. Contando 29 cadeiras nesta Casa, sobra-lhe voto para aprovar a indicação.

Os representantes emedebistas aqui presentes não votarão, considerando que, em tais condições, votar é violar a soberania de nosso povo, que é uma, indivisível, inalienável e imprescritível, sob pena de desaparecer.

Disse. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Exercita o Poder Legislativo uma prerrogativa Constitucional da nova ordem implantada no País pela Revolução de 1964. Esta atribuição das instituições emanadas de um movimento, pelo seu caráter temporário, nem por todos foi entendida como a melhor prática da democracia.

Homologamos na data de hoje, uma indicação. Votamos o indicado para a Prefeitura de Curitiba, ou nos abstermos. É uma forma de cumprirmos o nosso dever. O povo ao escolher o nosso nome para que o representássemos, conferiu-nos o poder de definição também para a escolha do Prefeito da Capital.

É aspiração normal, um gesto profundamente humano do cidadão esclarecido aspirar, participar do Poder. Evidentemente, a participação através da eleição direta é muito mais atraente, calorosa, diria mesmo — muito mais emocional do que talvez racional. Causa-nos a impressão de co-participes do exercício do Poder.

Vivemos um momento e vivemos uma realidade em nossa Pátria. O momento é a Revolução de 1964, que continua em seu pleno vigor, reafirmado nas comemorações do 11º Aniversário. A Revolução da afirmação do Brasil no contexto das Nações; a Revolução da afirmação de nossa economia; a afirmação de um modelo nacional pautado pelas nossas necessidades de país-continente; afirmação da liberdade democrática tão amplamente exteriorizada no dia 15 de março, que há quem afirme ser aquela data um marco histórico, para não afirmar uma "nova" revolução dentro da Revolução; afirmação de que o processo revolucionário não se esgotou simplesmente em extinguir partidos e programar os atuais; afirmação da convivência pacífica, ordeira, tranquila, entre um governo central firme com a manifestação da classe política que a cada dia se acentua mais.

Este é o momento que vivemos. A realidade é seu corolário. Nossa Pátria não constitui exceção no mar tempestuoso que balouça as maiores potências com crises. Sentimos seus efeitos, colhemos muitas vezes seus gritos amargos. Mas rumamos firmes para o futuro, tranquilos, com segurança. Constituímos efetivamente uma ilha. Há, igualmente, uma nova realidade no campo político. Não há quem duvide que, quer por modorra, quer por comodismo, quer por uma tradição — esta nem sempre da melhor estirpe — a classe política sempre conservadora foi a mais sacudida pelo movimento que inspirou o modelo brasileiro de "democracia administrada".

A hora parece-nos propícia para acentuarmos certos aspectos do exercício do voto que constitucionalmente praticamos nesta data.

Situação e posição, somos todos frutos de uma mesma árvore. Nascermos dentro do seio da Revolução. Sabemos que estamos a construir a instituição política de amanhã. Não nos iludimos de que esta elaboração não é uma planície de águas cristalinas e bonançosas. Sofremos as dores da gestação de uma nova família política.

Muitos reavivam a nostalgia de outras eras. Muitos têm aquele sentimento tipicamente nosso, intraduzível para qualquer língua, que é a "saudeade". Não me iludo porque o retorno ao passado é um trabalho de Sísifo, porque "a Inês é morta". A construção de uma nova imagem político brasileiro, recai sobre o Parlamento e sobre os representantes do povo em todos os escalões. Essa é nossa tarefa. Essa é nossa missão.

Cumprimos nesta data uma determinação constitucional. Creio que a excitamos à altura do momento. As capitais brasileiras, polos que concentram a maior família brasileira, graças ao fenômeno que se acentuou neste século, que é a urbanização, têm os seus Prefeitos escolhidos por uma forma de participação indireta do povo no Poder. Se é aspiração de todos, por ser fenômeno natural, seria um processo inverso. Esta forma que hoje praticamos também apresenta um sabor de luta, manifesta a vitalidade da instituição política. Quer votando, quer abstenendo-nos cumprimos uma incumbência perante a Lei maior ou traduzimos as diretrizes que nos impõe a consciência ou por que não? — seguimos programática do Partido.

Orgulho-me de pertencer a uma Assembléia que se mostrou uma das mais vigorosas do País. A escolha do Prefeito da Capital exigiu a nossa definição. A Oposição definiu-se antes de qualquer indicação oficial, mas tão somente por notícia oficiosa. Escolheu o caminho da abstenção, cujas razões a Assembleia e o Paraná acabam de conhecer. É seu direito. Nada lhe temos a objetar. Nada temos a censurar. Nada temos a verberar. Apenas aceitar, e o fazemos com gratidão.

Agradecemos a Oposição pela inestimável colaboração emprestada, não à Aliança Renovadora Nacional, não a nós Deputados da Situação, mas ao Poder Legislativo. O clarividente e ilustre Líder do MDB, mesmo com a deliberação tomada e reafirmada de abstenção, não se negou a indicar ilustres Parlamentares de sua Bancada para comporem a Comissão Especial incumbida de emitir parecer à Mensagem Governamental que indicou o nome do Prefeito de Curitiba.

Agradecemos a sua participação nos debates. Admiramos o estudo acurado da Mensagem, com a solicitação de "vistas" do processo. Parabenizamos-nos com a sinceridade do "voto em separado". Para a Assembléia isso constitui uma insofismável prova de que, acima de tudo, os Deputados paranaenses amam a sua terra, primam por zelar pelo Poder Legislativo, sabem cumprir o seu dever, mesmo contrários ao processo, que não aceitam. Isto para mim representa uma maturidade política dos homens do Paraná.

Quanto ao meu Partido, a Aliança Renovadora Nacional, ele não se limitou simplesmente a aceitar a indicação. Poderia tê-lo feito, mas preferiu aceitar a idéia de um ilustre oposicionista, fazendo através da Liderança do Governo, sua a idéia de convidar o candidato Saul Raiz a um debate nas dependências deste Poder.

Perguntas foram feitas. Ouviram-se respostas. Só não obteve resposta quem não perguntou. Só não conheceu os propósitos que norteiam o futuro Prefeito quem não quis participar daquilo que se chamou impropriamente de "sabatina". Agradecemos à Oposição igualmente esta sugestão, embora lastimemos que ela não tenha comparecido ao debate.

Companheiros nossos buscaram, além dessa informação geral, outros meios de se inteirarem da futura administração. Todas as portas foram abertas, todas as consultas respondidas, todos os informes fornecidos. Tornamo-nos notícia nacional, porquanto em outros Estados esse assunto não extravasou os

umbrais dos Legislativos. No Paraná foi levado à praça pública, os meios de comunicação acompanharam os nossos trabalhos passo a passo.

Chegamos à hora da decisão. O nome está aí: Saul Raiz. Sua folha de serviços aí está. Sua capacidade já passou pelo crivo das realizações. Sua futura linha de conduta frente ao Executivo Municipal foi deslindada. Sua vontade de servir a humanidade à coletividade curitibana amplamente difundida.

Cabe a cada um, segundo sua consciência traduzindo a orientação partidária, manifestar sua vontade num "sim" ou "não". Cabe igualmente "abster-se", como acaba de proceder o MDB, cuja decisão acatamos, como uma forma de manifestar-se num processo que almejavamos fosse diverso".

Cabe, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o agradecimento desta liderança aos Senhores Deputados da ARENA integrantes da Comissão Especial designada para falar na Mensagem Governamental que indicou o Sr. Saul Raiz, tal o zelo com que se houveram durante as diversas reuniões levadas a efeito por aquela Comissão; ao Sr. Deputado Presidente, ao Sr. Deputado Relator, aos Srs. Deputados Membros da Comissão aqui ficam os agradecimentos pela sua representatividade dignificada e enaltecida pela seriedade da condução daqueles trabalhos.

Demonstramos ao Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e pretendemos haver demonstrado ao Brasil que entendemos o momento e a realidade presentes, sabemos valorizar o Poder que nos foi conferido pelo povo, em cujo nome e para cujo proveito o exercitamos. Valorizamos o Poder e imprimimos uma dimensão dinâmica ao processo, e cumulações de maior responsabilidade a quem o assumirá.

Nesta hora em que afirmamos o exercício de uma imposição constitucional, voltam-se os olhos de todos para este Poder, porque plantamos mais um degrau no processo de uma completa redemocratização e total normalização institucional. Colocamos mais uma pedra para a construção da democracia, com progresso, com segurança, com justiça e com dignidade.

Ao Engenheiro Saul Raiz, auguramos pleno sucesso. Esperamos que retribua com zelo a confiança que sei, a Bancada da ARENA haverá de demonstrar aprovando o seu nome".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a discussão. Em votação.

Não havendo nenhum Deputado inscrito para a votação, o Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

A Mesa alerta os Srs. Deputados que, quem aprovar a indicação proposta pelo Sr. Governador, deverá votar com a cédula SIM, e aqueles que não a aprovarem, com a cédula NÃO.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que, após apanharem as cédulas na cabine, coloquem-nas nos respectivos envelopes após o que, os mesmos deverão ser colocados na urna que se encontra na bancada à frente da Mesa.

O Sr. 1º Secretário iniciará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Inicia a chamada nominal):

Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo P. Lima, Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET - Abstenho-me de votar, de acordo com a declaração de voto feita pelo nosso ilustre Líder.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a chamada): Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS - Abstenho-me de votar, de acordo com a declaração e voto de nosso ilustre Líder.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a chamada): Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Abstenho-me de votar, conforme declaração do Líder da Bancada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Domício Scaramela (ausente), Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR - De acordo com a declaração do nosso Líder, eu me abstenho de votar.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Egon Pudol, Eneas Faria.

O SR. ENEAS FARIA - Abstenho-me de votar, conforme declaração de nosso Líder de Bancada, deputado Muggiati Filho.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO - Abstenho-me de votar. Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO - Abstenho-me de votar, conforme declaração feita há pouco pelo nosso Líder.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato.

O SR. HELIO MANFRINATO - Abstenho-me de votar.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Sr. Presidente, porque "todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido", e consoante as declarações do Líder de minha Bancada, abstenho-me de votar.

O SR. 1º SECRETÁRIO - João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - Sr. Presidente, abstenho-me de votar conforme a declaração de abstenção de voto lida pelo Líder de nossa Bancada, subscrita por todos nós, como respeito à Declaração Universal dos Direitos do Homem, que diz: "A vontade do povo será a base da autoridade do Governo; esta será expressa em eleições periódicas e legítimas por sufrágio universal".

O SR. 1º SECRETÁRIO - Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA - Sr. Presidente, não pretendo subtrair o direito do povo de Curitiba, Cidade Universitária. Por esta razão, e nos termos da declaração de voto lida pelo Líder de meu Partido, o MDB, abstenho-me de votar.

O SR. LÚCIO MACHADO - Abstenho-me de votar, pelos motivos já expostos na manifestação de voto lida pelo nosso Líder.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Por entender, Sr. Presidente, que os primados da democracia se distanciam deste tipo de processo eleitoral e pelos motivos expostos a esta Casa pela Declaração de voto lida pelo nobre Líder de meu Partido, Deputado José Muggiati Filho e, de acordo com a consciência limpa, tranquila que caracteriza cada um dos Senhores componentes do MDB, nos abstermos de votar.

O SR. MUGGIATI FILHO - Sr. Presidente, na forma já declarada, abstenho-me de votar.

O SR. NELSON BUFFARA - Por ideologia e princípio eminentemente partidário, abstenho-me de votar.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Acompanho a maioria do Partido. Abstenho-me de votar.

O SR. OSVALDO MACEDO - Abstenho-me de votar.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Por não ser esta a vontade do povo brasileiro e por não ser esta a fórmula melhor do povo de Curitiba escolher seu Prefeito, e isto já manifestou o povo da Capital nas últimas eleições quando 24,2% somente votaram na ARENA e 75,8% em meu Partido, abstenho-me de votar, de acordo com carta já lida pelo Líder de meu Partido, há poucos instantes.

O SR. TRAJANO BASTOS — Abstenho-me de votar, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Abstenho-me, Sr. Presidente.

O SR. WALDENICIO BARBALHO — Abstenho-me, de acordo com a declaração lida pelo líder de meu Partido.

O SR. PRESIDENTE — Votaram 29 Srs. Deputados.

Convido os Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Mauricio Fruet e Gabriel Manoel para comporem a Comissão Escrutinadora. (A Comissão composta procede o escrutínio).

O SR. PRESIDENTE — O resultado oferecido pela Comissão Escrutinadora é o seguinte:

28 Srs. Deputados votaram "sim", um voto em branco.

Está assim aprovado o nome do Sr. Saul Raiz indicado pelo Sr. Governador do Estado para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. (Palmas).

Está encerrada a presente Sessão Especial.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 1975.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Mauricio Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, José Domingos Scarpetini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, e Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, David Federmann, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, solicitando retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 24/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata, um voto de pesar pelo passamento da Senhora IDALINA PESSUTTI, esposa do Senhor Natal Pessutti, família tra-

dicionál, fundadora de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja consignado em Ata, um voto de congratulação pelo livro "DOU-TOR AGRÍCOLA" de autoria do Bacharel JOSÉ BRASIL CAMARGO, Economista, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Empresas de Apucarana. E ainda desta manifestação seja o mesmo comunicado.

Tal pedido é plenamente justificado, visto que o ilustre Bacharel, no decorrer de 15 anos, pesquisou o nosso Norte Paranaense para edição de significante Obra.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno REQUER ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações pela passagem no dia 5 do corrente, do aniversário de fundação do "JORNAL DE MARINGÁ", prestigioso órgão da imprensa que é editado na cidade de Maringá, há já vinte e dois anos, período durante o qual tem prestado os mais assinalados e relevantes serv

Da manifestação desta Assembléia, requiero, ainda, seja dado conhecimento ao Diretor daquele órgão.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Dr. Lino Bortolino, por haver sido empossado no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Toledo.

Outrossim, requer seja o mesmo cientificado do mesmo Requerimento.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça justa homenagem que na data de hoje é prestada ao Engenheiro Luiz Gonzaga Pinto.

Na Câmara Municipal da cidade de Castro, o Engenheiro Luiz Gonzaga Pinto recebe hoje a condecoração da "Medalha do Mérito Municipal", pelos relevantes serviços prestados ao município da região dos Campos Gerais.

Da decisão desta Casa requer-se, outrossim, sejam comuni-

cados o Presidente da Associação de Municípios dos Campos Gerais, bem assim o ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições. REQUER, após ouvido o Plenário, trinta dias de licença para tratamento de saúde. nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que apele ao Exmo. Sr. Diretor do DNER no sentido de que seja dado prosseguimento às obras do Contorno de Cambé, BR-369, uma vez que o mesmo está paralisado há vários anos.

Outrossim, solicita também, que se dê ciência da referida reivindicação ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes do Estado.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, solicitando que sejam determinadas, através da Secretaria da Fazenda, providências energéticas no sentido de serem apuradas as denúncias que vem sendo formuladas ao Senhor Coletor Estadual da cidade de Borrazópolis, Senhor Essio de Godoy, o qual vem estorquindo somas superiores dos tributos legais devidos.

Em anexo, estamos apresentando fotocópias de ofícios recebidos de diversos contribuintes daquela cidade, denunciando o fato que ora solicitamos seja apurado.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, pedido de informações para que o mesmo, através do Departamento de Unidade Sanitária, informe dos motivos, bem como baseados em que preceitos legais, na segunda quinzena do mês de março próximo passado, foram fechados alguns estabelecimentos comerciais da cidade de Apucarana, entre outros os de propriedade da Srs. Davina Xavier Saturnino e da Sra. Alzira Camargo dos Santos.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais. REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, pedido de informações para que o mesmo, através da Delegacia de Polícia de Apucarana, informe a esta Casa, dos motivos, bem como baseado em que preceitos legais, na segunda quinzena do mês de março próximo passado, foram fechados alguns estabelecimentos comerciais daquela cidade, entre outros, os de propriedade da Sra. Davina Xavier Saturnino e da Sra. Alzira Camargo dos Santos.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, pedido de informações, para que o mesmo, através da Inspeção Regional de Ensino de Apucarana, informe a esta Casa se durante o ano em curso recebeu material escolar de ensino, remetido pela Secretaria de Educação, o qual deveria ser destinado a alunos carentes de recursos. Em caso positivo, seja informado a quantidade do material, e como o mesmo foi aplicado, bem como a data do seu recebimento.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, pedido de informações, para que o mesmo, através do Departamento competente, informe esta Casa, se foram remetidos durante o ano em curso, algum material escolar de ensino à Inspeção Regional de Ensino de Apucarana, e em caso positivo, seja informado a quantidade e a especificação dos mesmos.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1975.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Acrescenta-se ao artigo 39 do Regimento Interno uma alínea com a seguinte redação:

XIV) - Comissão de Estudos Municipais, com 5 membros.

Art. 2º - Acrescenta-se onde couber: à Comissão de Estudos Municipais compete opinar sobre:

a) Estudar o fortalecimento das rendas municipais;

b) sugerir critérios de ordenamento na distribuição de auxílios estaduais, para aplicação em obras municipais de eletrificação rural, de pontes e estradas, comunicações, obras urbanas e de planejamento industrial;

c) realizar estudos no sentido de aprimoramento de legislação municipal e da padronização das Leis Orgânicas;

d) examinar convênios de interesse do município ou Estado;

e) participar de congressos ou seminários de municípios no Estado;

f) coordenar atividades com outros órgãos de assistência ao municipalismo;

g) estudar outros assuntos de interesse dos municípios paranaenses.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Admite-se, ainda hoje, que a agricultura é a fonte perene de recursos alimentícios para suprir as necessidades primárias da própria vida, tendo as cidades como o seu melhor mercado.

Também admite-se que são as cidades que produzem os bens de serviços de que necessita a agricultura e de bens de serviços ou industriais no Brasil, é relativamente satisfatório, enquanto não atingirmos o alto nível de desenvolvimento, característico de países industrializados.

O censo de 1970 revelou que 55,8% da população brasileira vive nas cidades e 44,2% na zona rural. A estimativa para 1980 já faz mudar a evolução, prevendo-se 66,7% da população nas cidades, e apenas 33,3% na área rural. É incontestável que este crescimento urbano será a base do desenvolvimento econômico, mas junto com este fenômeno "crescimento urbano", vem a industrialização como benefício e uma série de problemas, tais como: habitação, emprego, transporte, saneamento, energia e comunicações, alimentação, ensino, poluição e outros. E o que reputamos de muito grave: paralelamente com estes problemas, também aumentam as responsabilidades das administrações municipais sem a necessária compensação de recursos.

Como célula da estrutura administrativa e considerado o município como o melhor agente de desenvolvimento local, tem ele o impacto de primeira responsabilidade no tratamento de coisa pública. E, sabendo disso, é que o Estado e algumas vezes a União se utilizam da delegação de competência, simplesmente, transferindo para o município a responsabilidade da realização de serviços e obras que devem pertencer, explicitamente, ao Poder Maior.

É no exercício dessa terceira função que o município tenta, constantemente, captar recursos para programas de ação imediata. As responsabilidades crescem, a explosão demográfica é um fato a desafiar a administração, atualização e modernização de recursos, dos órgãos e dos serviços da Prefeitura Municipal, não representam mais suportes suficientes, compelindo o prefeito a busca de auxílios especiais, que geralmente são distribuídos pelo Estado em função dos interesses político-partidários ou de regiões geoeconômicas, sem a observância das verdadeiras necessidades sociais ou econômicas.

Isso, Senhor Presidente e senhores Deputados, podemos chamar de municipalismo? — Não, acreditamos em municipalismo e isso aprendemos no convívio honroso da Câmara Municipal — aquele que se confunde com uma colméia de trabalho, cuja ação é ordenada pelas normas e vigor e compatibilizada com as necessidades e problemas de cada município:

Na atual estrutura administrativa do Estado, temos em substituição ao DATM, a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — AMEPAR — onde são debatidos, ventilados, estudados e solucionados os problemas municipais.

Os municípios são os melhores agentes de desenvolvimento e que seus recursos orçamentários devem ser, constantemente revistos, no sentido de seu fortalecimento, para atender a grande demanda de serviços e obras em benefícios da coletividade.

Examinados alguns aspectos das verdadeiras necessidades dos municípios e do municipalismo paranaense, é que tomamos a iniciativa de sugerir, através de Projeto de Resolução, a inclusão regimental da estrutura de uma Comissão Técnica Permanente, denominada de Comissão de Estudos do Municipalismo, não só para acompanhar e estudar todos os problemas que afligem os municípios como também para estudar suas possibilidades de desenvolvimento, sua legislação e propor critérios uniformes na distribuição das rendas ou de auxílios por parte do Estado.

Devo lembrar aos nossos Pares, que o Município precisa ser fortalecido e prestigiado, também por esta Assembléia.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) MAURICIO FURET

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que me traz à Tribuna na Sessão de hoje, prende-se a uma situação quase que insustentável no Município de Palmital. Há alguns meses atrás aconteceu naquela localidade um conflito armado entre policiais e posseiros de terras daquela localidade, de cujo evento, perderam a vida várias pessoas. Este fato foi levado ao conhecimento das autoridades competentes na ocasião e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à Tribuna para trazer ao conhecimento da Casa que conflito idêntico se registrou no dia de ontem naquela localidade, quando, segundo informações recebidas de companheiros de Palmital, aconteceu troca de tiros entre policiais e posseiros e proprietários de terras daquele Município. Diante desta situação, Sr. Presidente, situação que nos intranquiliza e intranquiliza a população de Palmital, queremos apresentar à Casa um Requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado, que está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário:

1 — Seja comunicado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, conflito ocorrido no Município de Palmital, entre a Polícia local, chefiada pelo Delegado João Gomes e posseiros daquela localidade.

2 — Solicitar ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, que convoque imediatamente o Delegado acima referido, para que o mesmo dê as explicações necessárias que justifiquem sua conduta, a nosso ver, errada.

3 — Finalmente requer a formação de uma Comissão Especial para que se verifique "In Locum", a situação acima citada, que tem levado a intranquilidade ao povo daquele Município.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975".

Finalmente, Sr. Presidente, requero à Mesa, a formação de uma Comissão Especial, para que se verifique "in loco" a situação que ameaça e que tem levado a intranquilidade ao povo daquele Município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nosso ver a formação de uma Comissão Especial composta pelos Srs. Deputados, que serão designados pelo Sr. Presidente, para que verifique in loco na cidade de Palmital esta situação que vem se arrastando de há muito e até agora não foi tomada, por parte das autoridades competentes, as medidas cabíveis, que possa pôr fim àquela situação que tem gerado e levado intranquilidade à população de Palmital. Nestas condições é que ocupo a Tribuna, neste instante, chamando a atenção dos Srs. Deputados, encarecendo a participação do ilustre Líder do Governo nesta Casa, Srs. Deputado Ivo Thomazoni, para que nos ajude, para que ajude a população de Palmital, pedindo às autoridades competentes, para que o Estado possa, em última análise, dar solução final e possa dar, com justiça, aos posseiros daquela Região uma solução. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença aqui na Tribuna hoje é para render uma homenagem muito singela porém ardorosa, à minha cidade de Palmeira, na oportunidade em que ela comemora seu 156º ani-

versário de sua fundação, que transcorrerá no dia 7 de abril do corrente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é tradição já da nossa cidade, o povo se reunir homens, mulheres, crianças, moços, velhos, na praça pública, que simboliza o seu coração para cultivar o seu passado, para reconhecer os feitos daqueles que plantavam ali os primeiros ancestrais, levantaram as primeiras táboas, abriram as primeiras picadas, numa atitude corajosa, sabendo que iniciavam ali uma civilização que havia de se perpetuar.

Ali em Palmeira, Visconde de Guarapuava foi um dos lutadores; Barão de Paranaguá, desfilaram pelos escadões da alta administração federal. Várias figuras, entre elas podemos citar o Conselheiro Jesuino Marcondes; Ivo Arzuza Pereira, filho de Palmeira, Prefeito Municipal de Curitiba e Ministro da Agricultura; João Chede, Deputado Constituinte e Presidente desta Casa na Primeira Legislatura.

Então, o povo de Palmeira tem razões sobejas para comemorar a Fundação da sua cidade. E ele o faz, numa evocação histórica, tão carinhosa, tão altiva, demonstrando de fato que vive, vive mesmo com amor, pela sua terra e com amor por aqueles que muito lutaram pela sua gente.

É um povo que não cultua o seu passado, é um povo que não rende homenagem à sua tradição histórica, é um povo que não vive, um povo que está morto.

Porisso, Sr. Presidente, trago na oportunidade um Requerimento para que seja transcrito em Ata, um voto de regozijo pelo aniversário daquela cidade que transcorrerá no dia sete de abril do corrente ano. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, requer, a V. Exa. que ouvido o Plenário seja transcrito em Ata, um voto de regozijo pelo 156º Aniversário da Cidade de Palmeira, que transcorrerá no dia 7 de abril, corrente.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) LINEU TURRA"

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz neste momento a usar da palavra no Pequeno Expediente, é especificamente o problema levantado pelo ilustre Deputado Trajano Bastos, do Município de Guarapuava.

Requeru aquele ilustre Parlamentar ao Exmo. Sr. Gal., Secretário de Segurança do Estado do Paraná, providências urgentes no Município de Palmital. Mas eu quero neste momento levar ao conhecimento mui especialmente do Líder da Bancada da ARENA, de meu Partido, que por este modesto Deputado já foram e serão tomadas providências no sentido de pôr um parêntese nos conflitos que vêm quase que mensalmente se generalizando naquela Região. Em contacto pessoal com o Deputado Trajano Bastos, levei ao conhecimento de S. Exa. que estou encaminhando por intermédio daquela Secretaria o pedido de nomeação de um Delegado Militar para que lá fixe residência e tome conhecimento amplo de todos aqueles acontecimentos, porque no ano de 73, exatamente no dia 29 de novembro, houve uma verdadeira chacina onde tombaram sem vida dois oficiais de justiça de meu Município, que tenho a honra e satisfação de representar nesta Casa, ou seja, o município de Pitanga. Também tombaram sem vida, no mesmo conflito, elementos proprietários de terras e eu queria ainda levar ao conhecimento dos Srs. Deputados que em Palmital não existem mais terras sem serem tituladas. Todos os terrenos existentes no município de Palmital já são titulados pelo então D. G. T. de nosso Estado.

O que há, Sr. Presidente, naquele Município, é a invasão de linhas divisórias, onde não se acha um denominador, onde

não se acha um entendimento entre os posseiros que pretendem ser ocupantes e usufruírem da terra e os proprietários e legítimos donos.

Então eu queria que a Casa tivesse conhecimento e prometo voltar à Tribuna com melhores dados para que os Senhores tenham um amplo e total conhecimento daquela situação, porque estarei aqui durante todo o tempo em que perdurar aquela situação para trazer ou pelo menos procurar trazer solução para aquele povo que, em seu todo, é um povo trabalhador e sacrificado.

Fica aqui, portanto, Deputado Trajano Bastos, o meu beneplácito ao Requerimento de V. Exa.

Também deixo aqui a explicação de que estou tomando todas as providências para solucionar o problema de Palmital. Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito para o grande Expediente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Governo Federal seguindo uma nova orientação da política de transportes incluiu como um dos setores prioritários o Estado do Paraná.

Possuímos atualmente 3 mil e 15 km, de malha ferroviária. Fomos beneficiados com mais de um mil e 61 km. para os próximos anos. Isto nos coloca numa situação de alguma maneira melhor do que estivemos até o presente. Durante anos permaneciam os trilhos cuja origem perde-se no Império.

Este destaque que o Paraná mereceu justifica-se pelo crescimento que tivemos nos últimos tempos. A fase de transporte de mercadorias primárias, oriundas das terras férteis do Norte, Oeste e Sudoeste, juntam-se num ritmo ascendente os produtos de nossas grandes indústrias. Citemos apenas algumas, que embora tradicionais continuam ampliando seu parque: As indústrias madeireiras, as têxteis, as de alimentos, de mineração, de cimento, de papel e celulose, cujas mercadorias são transportadas em grande parcela pela rede ferroviária.

Novos fatores postularam um incremento de malha ferroviária, das quais destacamos as indústrias de transformação de Ponta Grossa que graças ao PLADEI ampliou a produção de óleos comestíveis e subprodutos da soja. Junte-se as indústrias do mesmo ramo do Norte do Paraná e teremos em breve um volume espetacular de toneladas.

A Cidade Industrial de Curitiba, obra que nos colocou no écran da admiração nacional e atraiu empresas estrangeiras para o Vale do Barigui, a Refinaria de Araucária, a terceira do País, a Usina Protótipo do Ito em São Mateus e em especial a obra do século que é a Hidrelétrica de Itaipu, foram as responsáveis para que a política do transporte fosse deslocado do polo rodoviário para o ferroviário. Em verdade, continuarão as obras de implantação de estradas alimentadoras da malha ferroviária, bem como continuarão os transportes para abastecer o super Porto de Paranaguá, mas as ferrovias deverão em futuro breve tornar-se uma mola do escoamento de nossos produtos agropastoris e industriais da mais alta relevância.

Mencionei a importância com que fomos agraciados com quase 50 por cento da rede ferroviária a ser implantada no País, dentro dos próximos anos e que motivaram a distinção para associar-se à reivindicação da Associação dos Engenheiros da Rede Ferroviária Federal S.A. que, em memorial ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da autarquia reivindicou para o Paraná o retorno da sede Regional, a 11ª Divisão. A sede já existia e foi transferida para o Rio Grande do Sul, dificultando a administração, pois a tramitação dos processos têm que ser dirigidos a Porto Alegre, o que significa morosidade na solução dos problemas.

A presente reivindicação se encontra nas mãos das autoridades federais e esperamos que merecerá a devida atenção e encaminhamento favorável.

A reivindicação mereceu destaque na Câmara Federal, através de pronunciamento feito pelo eminente Deputado Joaquim dos Santos Filho, que enfatizou a necessidade do retorno da Regional para Curitiba, argumentando com a importância de que se reveste o Paraná em vista do extraordinário surto de desenvolvimento industrial, além de mencionar a importância agrícola que o Paraná continua a deter.

E ao associarmos-nos à reivindicação dessa medida, estou certo de que esta Casa apoiará a solicitação que ora faço, porque estamos igualmente empenhados na luta para que retorne aquele Órgão da Rede Ferroviária Federal para a Capital do Paraná. Não se trata de retirar a ascendência do Rio Grande Sul, mas queremos descentralizar os serviços o que facilita, em muito, a administração daquela importante autarquia.

Tive oportunidade de analisar o relatório apresentado pelos Engenheiros da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, e fiquei realmente esperançoso de ver, a partir das novas medidas adotadas pelo Ministério dos Transportes, julgo eu por entender que o Paraná, agora mais do que em algum tempo, foi lembrado e aquinhado com o que de mais expressivo poderia esperar, na distribuição de quilômetros de trilhos, que haverão de ser assentados proximamente.

Verifiquei que da extensão das novas linhas, além daquelas mencionadas no Relatório como de vital importância para nosso desenvolvimento, outras foram incluídas e já projetadas.

Além de Curitiba - Paranaguá, numa extensão de 114 km., Engenheiro Blei e Engenheiro Gutierrez, com 102 km., Guaraçuva - Cascavel com 264 km., Itapeva - Ponta Grossa com 209 km., Apucarana - Ponta Grossa com 230 km., já em fase final de implantação, Joaquim Murtinho - Apucarana - Ponta Grossa, 330 km já em fase final de implantação, Joaquim Murtinho - Morros, 42 quilômetros.

Afirma o documento da Associação dos Engenheiros em ressaltar a importância que dá às ferrovias implantadas, que haverão de propiciar à região pioneira e a descoberto ainda, um surto desenvolvimentista bem mais acentuado com o barateamento dos fretes.

A projetada estrada de Ferro que, partindo de Juí, no Rio Grande do Sul, alcançando Chapecó em Santa Catarina, em demanda de Pato Branco no Sudoeste do Paraná, para dali deslocar-se a União da Vitória e encontrar-se com a Estrada de Ferro da responsabilidade da Rede Ferroviária Paraná - Santa Catarina.

As outras projetadas, como aquela que pretende a ligação de Caçador a Campos Altos do Sul, para encontrar-se a Lages-Mafra até Itajaí, dentro dessa área hoje subordinada a Paraná - Santa Catarina.

Mais ainda as estradas ao Norte, Noroeste e Extremo Oeste e a projetada estrada que de Cianorte demandará Umuarama e daí a Guaira, Porto Mendes e de Paranavai a Porto São José.

Quero acreditar, Sr. Presidnete, Srs. Deputados, que este

documento, subscrito pelos Srs. Engenheiros da Rede Viação Paraná - Santa Catarina que dá bem uma idéia do potencial da economia paranaense quando fornece os números das milhares de toneladas da nossa produção, faz com que acreditemos no futuro deste Estado e mais do que nunca nos induz ao desejo ardente de solicitar dos eminentes Srs. Deputados que, juntos, apelemos no sentido de que o órgão importante da administração ferroviária retorne à Capital do Paraná para que tenhamos, ao nosso lado, mais um porta voz, mais um aliado para corroborar...

O SR. FABIANO BRAGA CORTES - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Tomazoni, V. Exa. no dia de hoje, como já é peculiar nos seus pronunciamentos, está dando um pronunciamento de real importância para o Paraná, para o nosso Estado.

Já, na Legislatura passada, vários Srs. Deputados se manifestaram a respeito do assunto tão bem abordado por V. Exa. desta Tribuna, ou seja, o retorno da administração da Rede Fer-

roviária Federal para o nosso Estado. E V. Exa. abordou muito bem este palpitante assunto.

Na Legislatura passada, os Srs. Engenheiros da Associação dos Engenheiros da Rede Ferroviária Federal já enviaram um memorial, creio, idêntico a este e alguns dos Srs. Deputados desta Casa.

Pediria a V. Exa., que possui hoje mais este apelo dos Srs. Engenheiros da Rede Ferroviária Federal, para que todos os Srs. Deputados tomassem conhecimento de tão importante assunto, que o fornecesse aos Srs. Deputados para que esta Casa, em conjunto como bem está solicitando V. Exa., neste momento, enviasse esse memorial ao Ministério dos Transportes, alertando esse Ministério da necessidade desta transferência para o desenvolvimento de nosso Estado que é justo, como bem diz o memorial dos Engenheiros da Rede Ferroviária Federal.

Seria interessante que esse memorial fosse xerocado e dado conhecimento a todos os Srs. Deputados porque é importante que, todos nós em conjunto, como bem externou V. Exa., tomemos as medidas necessária junto ao Ministério dos Transportes, de tão importante reivindicação para o desenvolvimento do nosso Estado.

Eu cumprimento a V. Exa. pelo importante pronunciamento de grande importância para o nosso desenvolvimento. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que ora está fazendo.

O SR. EGON PUDELL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero fazer das minhas palavras, as palavras do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, congratulando-me com o pronunciamento de V. Exa., e esperamos que realmente este projeto, com este memorial, torne-se realidade.

Consultando os nobres Deputados Werner Wanderer e Ernesto Dal'Oglio, que representam como nós, especificamente, ou particularmente, os municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina, esperamos que a Bancada da ARENA e a do MDB nos auxiliem, nos ajudem para que este, neste estudo, se imediate o projeto e a programação para estender um ramal a estes três Municípios, porque quer nos parecer que é muito mais importante a extensão para os municípios de Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon, do que a extensão de Guaíra a Porto Mendes.

Era este o aparte que eu queria oferecer a V. Exa., e solicitar, e dar a V. Exa. o nosso inteiro e integral apoio.

O SR. IVO THOMAZONI - Apenas para informar o nobre Deputado Egon Pudell, que está comigo um mapa com as convenções das rodovias, das ferrovias, das linhas, com as linhas existentes dentro desta área hoje abrangida pela administração da Rede Viação Paraná - Santa Catarina, com as projetadas e com as que estão em construção.

Convém salientar, nobre Deputado, de que todas as que se encontram neste Projeto hoje são parte, já, integrantes do plano plurianual do Governo Federal no setor de implantação de rodovias, e quer me parecer que o montante vultuoso em cruzeiros, destinado, diante do plano plurianual para o desenvolvimento da malha ferroviária, nos induz a acreditar na possibilidade da execução destas rodovias, também a maioria delas, constantes do segundo plano nacional de desenvolvimento, do segundo PND.

Nada impede, Sr. Deputado, que façamos o apelo que V. Exa. acaba de sugerir, e endereçemos ao Sr. Ministro dos Transportes como com a argumentação da potencialidade de produção daquela Região, e capaz de alimentar, por certo, vagões-dia, não se antevendo em nenhum instante qualquer déficit operacional de qualquer empresa, que deseje considerar como de rentabilidade econômica de ou reembolso a curto prazo como os tecnocratas hoje costumam medir a importância da obra, pelo reembolso diante dos serviços que eles possam prestar à comunidade desde que em operação.

Quero associar-me com a sugestão de V. Exa., e talvez eu consiga, no final do meu pronunciamento, sugerir a forma do apelo que deve ser feito.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a V. Exa. o aparte que nos foi concedido e fiquei atento à descrição pausa da e bem seleta que V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa, mencionando as ferrovias e declinando o pensamento oficial do Governo Federal em implantar as obras ferroviárias no nosso Estado. Necessário se faz, como fim último do Estado, a implantação de obras que beneficiam o povo que compõe este mesmo Estado, no sentido amplo, como diríamos *lacto sensu*, eu percebo que esta obra ferroviária, tem uma finalidade específica que é servir à construção da Usina de Itaipu. Parece-me que o fato primordial desta construção seria este, e por conseguinte, outras regiões ribeirinhas, vizinhas a este complexo hidrelétrico não foi mencionado neste memorial.

Incorporo-me à reivindicação feita pelos Srs. Deputados Egon Pudell, Werner Wanderer e Ernesto Dal'Oglio, e queremos, com a devida venia do Deputado que representa Iporã, também nesta reivindicação para se ramificar as Regiões que não estão aí mencionadas.

Por outro lado, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo nesta Casa, mister se faz lembrar da Região Sudoeste do Estado do Paraná. A nossa luta aqui e a nossa vinda aqui, embora estejamos em Cascavel, pois lá temos nosso ponto de apoio, como nossa terra de origem, não é para servir nesta Casa apenas a Cascavel. Como Deputado, parece-me que o interesse público, a causa pública, deve ser derrotada em torno da unidade federativa, o Estado todo. Daí a minha preocupação, porque o Governo Federal, ao se ocupar com tantas obras como é o caso das BR lá do Rio Grande do Sul, de São Paulo - Rio, a Rio - Santos, procure também não se esquecer aqui do Paraná. Os jornais estão falando em manchetes, de problemas diuturnos, que estão acontecendo com rodovias como a BR-116, então nos parece oportuno lembrar assim, corroborando com este pensamento que eu sei é o seu também, o pensamento da Bancada Arenista que o Paraná precisa ser melhor visto. A BR-101, que poderia ser uma opção a demandar as Capitais dos Estados mais do Norte, até agora, estas estão sendo preteridas enquanto outras estão sendo realizadas, como por exemplo a Rio-Santos, já está duplicada a Rodovia Dutra. No Noroeste de São Paulo, demandando Mato Grosso à Rodovia Castelo Branco, se sair uma variante da BR-277, a nossa Região Oeste fica sem comunicação com a Capital do Estado do Paraná, enquanto não se construir a ferrovia e quem sabe se se estender a ferrovia até lá, eu acredito em não menos de três anos, poderia se pensar em outras estradas que pudessem, ao invés de existir somente a BR-277, poderia se abrir aquelas estradas ligando o Noroeste com o Sudoeste, que seria uma segunda opção. Não terceira, como outros Estrados. Percebe-se outro fator importante na Mensagem do Governador Emílio Gomes mandado para esta Casa, surpreendemo-nos que ali estava escrito, no programa do Governo, a construção de um Aeroporto em Cascavel.

Quero, com estranheza, esclarecer que embora o Prefeito de Cascavel não se identifique com o nosso pensamento, esteve nas altas esferas do Ministério da Aeronáutica e nos disse que lá desconheciam a possibilidade de se fazer um Aeroporto em Cascavel. Desconheciam e não desconheciam como pensaram ser aquela, uma Região que não tivesse a necessidade e nem condições de suportar um Aeroporto, o que contraria a Mensagem do Sr. Governador, vindo a esta Casa.

Então S. Exa. há de convir conosco, que precisamos todos incorporados, reivindicar, cobrar do Governo Federal, porque, só de exportação de produtos primários, a nossa Região representa um quantitativo respeitável de divisas não só para nosso Estado, mas também para nosso País. Daí faço este alerta a S. Exa., pedindo o seu empenho junto ao Governo do Estado, para que

também alerte as autoridades federais, que conhecem a realidade do Estado do Paraná, e ainda mais, até criticam a nossa infraestrutura. E este meu apelo incorporado ao apelo feito aqui pelo Deputado Egon Pudell. Já que se fala em integração nacional, já que se fala em transamazônica, já que se fala em rodovia para demandar à Bolívia, que se faça as integrações das rodovias pelo menos do Oeste, Sudoeste e Noroeste do Paraná para demandar ao Porto de Paranaguá, agora em expansão.

Faço este apelo, reiterando a V. Exa. para que incorpore também o nosso pensamento, encarecendo às autoridades competentes para que tudo possa ser resolvido no mais curto espaço de tempo. Obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Tolentino, inicialmente devo dizer a V. Exa. que a alusão feita por V. Exa. ao Sr. Governador do Estado na Mensagem lida nesta Assembléia pelo seu Chefe da Casa Civil da projetada construção de um Aeroporto regional, em Cascavel, está subordinada a um projeto e aos recursos existentes no DAE — Departamento Aeroviário do Estado — órgão da extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas, hoje da Secretaria dos Transportes do nosso Estado.

Desejava lembrá-lo de que o Ministério da Aeronáutica considerou inviável a praticabilidade de vôos em inúmeros Aeroportos considerados pioneiros no Estado, como o de Santo Antonio situado na Pranchita, o de Barracão e mesmo o de Pato Branco, que tinha todas as condições para se situar na Região mais Sudoeste, à margem esquerda do Rio Iguaçu.

Em Francisco Beltrão um Aeroporto de características regionais, que foi construído com recursos da Prefeitura Municipal por FETSOP e num verdadeiro mutirão das Prefeituras arenistas e emedebistas do Sudoeste do Paraná, hoje, felizmente, já concluído e em vias de ser inaugurado, haverá de considerar ao que convecionou em termos técnicos, fixados ali, na cidade Francisco Beltrão, como principal meio de transporte, hoje, considerado o mais modesto.

Quero crer que neste mesmo sentido, foi Cascavel escolhida como foro da nossa Região Oeste do Paraná como V. Exa. faz questão de mencionar, Oeste a margem direita e Sudoeste a margem esquerda.

E, às vezes acontece que o nobre Deputado Deni Schwartz fica irritado quando há tiroteio no Oeste do Paraná e os jornais dizem que houve mortes no Sudoeste. Em outras vezes, esses fatos ocorrem em São João, e os jornais dizem que houve morte no Oeste do Paraná. Mas, só para situar, nobre Deputado, desejava dizer a V. Exa. que não devemos desconhecer o esforço gigantesco, e falo em milhões de cruzeiros, que o Governo Federal está empregando na BR-116. E quantos apelos foram feitos, nesse sentido, nesta Assembléia, como é o caso do Deputado Hermes Macedo que vem se pronunciando sobre esse importante problema, na Câmara Federal. E hoje, vemos, em plena execução, as obras de arte que são importantíssimas nesta estrada, que é a única que liga os centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro como o Sul do País. Tive oportunidade de visitar estas obras de arte desta estrada, que ultrapassam as das estradas do Rio de Janeiro, de Santos, são obras de arte maravilhosas que só a operosidade da engenharia brasileira foi capaz de realizar. Temos que considerar os monumentais viadutos, de vias duplas, um encimando outro, cortando verdadeiras montanhas com linhas maravilhosas. E não se pode pretender que obras dessa grandiosidade tenha um desenvolvimento tão rápido como todos desejamos. Também o emprego de recursos é de uma importância tão elevada que pode exaurir qualquer orçamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, voltando ao Projeto do Aeroporto, devo dizer que a Prefeitura de Cascavel doou uma área de 50 alqueires num local alto, excelente para isso. De sorte que o erário público não irá sofrer qualquer problema com essa construção.

A rodovia PR-11, que vai a Itararé, foi construída pelo Governo do Estado, quando, a nosso ver, uma estrada transestada deveria ter interesse e participação do Governo Federal. Vejamos Srs. Deputados, que o Estado do Paraná constrói grandes obras com suas economias. E quando o Paraná precisa receber o respaldo de uma volta dos benefícios por parte do Governo Federal, acontece que o Governo do Paraná abre mão do ICM.

O problema de Itaipu, que faço questão de citar, dada a quantidade astronômica de ICM que vai se isentar, essa importância daria para construir uma Rodovia. Então o problema não é só econômico, mas também social. Porque vejo um complexo entre a sociologia e a economia, o aliamento entre os dois para formar um equilíbrio. É este o nosso pensamento. A minha preocupação não é regional, é estadual. Veja, nobre Deputado, que o Paraná representa na economia nacional, e o que o Governo Federal tem feito no Paraná é muito pouco. Quando algum órgão está fixado no Paraná, ele se desloca para outro Estado.

OSR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa. e devo dizer que, no instante que este Deputado pretende dialogar, pretende — e é este o meu caso — rejubilar-me com a perspectiva alvissareira de que tenhamos implantadas ferrovias importantíssimas para nosso desenvolvimento. Eu disse — e não sofismei — que no passado o Paraná foi relegado ao segundo plano no setor rodoviário quando um eminente gaúcho estava à frente do Ministério dos Transportes. É verdade que dotou o Rio Grande do Sul de maior soma de recursos e vemos no Rio Grande do Sul uma explosão de progresso, em consequência talvez do asfalto que interligou as regiões daquele Estado.

Mas vim primeiro para me congratular, não com o Governo do Estado do Paraná, mas com os brasileiros que moram no Paraná, pela preocupação do Governo Federal em dotar o Paraná daquilo que fazia jus a muito tempo.

Não pretendo discordar de V. Exa. mas a estrada de ferro que vai demandar de Guarapuava a Cascavel, de Cascavel a Foz de Iguaçu, poderá servir às obras da Usina Itaipu, mas ficará assentada ali para o escoamento de nossa extraordinária produção agro-pastoril e também industrial.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O que está sendo esquecido é o complexo populacional. Estão sendo feitas obras em torno de uma obra do Governo, e não em torno do povo que dá o respaldo a este Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. deveria estar orgulhoso. A Usina de Itaipu, implantada em território paranaense, pretende produzir 60 bilhões de kwh-hora.

Desculpem-me que na língua do Tio Sam não sei dizer bem, mas uma das maiores do mundo é a Grand Coulee - nos Estados Unidos - que produz 20 bilhões de kwh-hora, que se equipara a Krasnosuapsk na URSS - que produz 30 bilhões; também a Churchill Falls - no Canadá - com 30 bilhões; ilha Solteira - Brasil - 12 bilhões e Assuan - RAU - que produz 10 bilhões.

Itaipu é uma obra de infraestrutura que haverá de permanecer para atender às nossas necessidades.

Neste relatório vemos afirmações extraordinárias de nossa potencialidade econômica.

Quanto à Refinaria de Araucária, nós paranaenses parece que não estamos dando a importância devida a esta grande obra.

Sabemos que a sua capacidade de produção diária está acima da Refinaria Alberto Pasqualine, Gabriel Passos e Landulfo Alves, no Rio Grande, em Minas Gerais e na Bahia, e da Paulínea em São Paulo.

A de Araucária se situa como a terceira maior Refinaria do País com uma capacidade diária de 150 mil barris, ou seja, 23.800 m³, só superada pelo Duque de Caxias e Presidente Bernardes.

O que vejo por exemplo, a aplicação de dinheiro, na construção dessa Refinaria de Araucária, de 1 bilhão de cruzeiros. São somas tão fabulosas, tão fantásticas, que ao redor delas pos-

sibilitarão ao Estado, por exemplo, o polo petroquímico, com todas as perspectivas de desenvolvimento industrial, que fazem com que eu, como homem, não do Governo, não da Arena, mas como paranaense, venha hoje, com euforia, para dizer por exemplo, das reservas de jazidas de xisto piro betuminoso de São Mateus do Sul, que é a coisa mais espetacular que nós temos, como argumento de nossa potencialidade.

Para dizer que temos 100 milhões de metros cúbicos de óleo, com uma reserva de enxofre que vai para 20 milhões de toneladas de gás combustível, que chega a 22 trilhões de metros cúbicos e além de outras potencialidades que estão ali a espera da industrialização, que o Governo está fazendo o possível para ver se é economicamente viável sua extensão.

Então, nobre Deputado, estou pretendendo situar-me como paranaense, dentro de um contexto sócio-econômico de nosso Estado, e pretendendo dizer que, com paranaenses nos postos de responsabilidade da administração pública federal, neste Governo, do eminente General Ernesto Geisel, o Paraná está sendo considerado. Essa foi a minha preocupação talvez em pretender analisando só um dos setores da administração federal, dizer que o Paraná, graças a Deus, começou a ser olhado. Porque nós aqui reclamávamos a falta de assistência maior, principalmente do Ministério dos Transportes, quando da distribuição das verbas dos analíticos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, porque tínhamos até programadas diversas obras no Paraná. V. Exa. é testemunha disso.

Cascavel - Toledo, Toledo - Guaíra, projetadas há tanto tempo e na hora da elaboração do Orçamento Analítico do Departamento, não existiam mais recursos e a obra ficava sobrestada.

Temos no Sudoeste, Amoreira - Barracão, Amoreira - Cel. Vivida, uma obra que está a esperar a presença do Ministério, mas o Governo tem até se proposto a realizar essa obra com recursos do Estado, para ser reembolsado, como obra delegada. O governo tem incluído trechos, como exemplo, Capanema - Medianeira, que era traçado federal; no plano estadual, realiza a obra, o projeto final, com recursos próprios e oferece ao Ministério a possibilidade de realizar obra como obra delegada.

Perdoe-me V. Exa. se venho com um pouco de otimismo para esta Tribuna, porque estamos no limiar de uma administração estadual. Às vezes preocupados até com o sucesso, com o desfecho feliz de alguns problemas até políticos, muitas vezes, damos importância muito maior do que aquela que possa parecer aos olhos do povo.

Vamos fortalecer politicamente um Governo que pretende falar alto junto a representação federal, junto ao Governo Federal, dizendo que nós estamos num Estado em que ele, Governador, tem a compreensão do seu povo, de sua gente, de seus representantes.

Como marco primeiro teremos um aliado para a obtenção dos recursos constantes do plano plurianual do Governo Federal na construção dessas ferrovias. E haveremos juntos lutarmos pela aplicação dos recursos já dotados no sentido de assistirmos implantada a "faixa preta", o asfalto tão sonhado pelos homens do Sudoeste do Paraná, possibilitando assim que possamos ter uma condição mais efetiva, via terrestre, com a Capital do Estado e com o resto do País.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Serão 1061 quilômetros de estradas no Paraná. Somente de Guarapuava a Cascavel ou Foz de Iguaçu seriam 400 quilômetros praticamente a metade. Representaria naquela Região, evidentemente, uma obra não só necessária mas oportuna. Mas, independentemente dela me bato muito para as ligações, cortando até o Parque Nacional, para as ligações destes extremos que são divididos por grandiosos leitos de rios como é o Iguaçu e o Piquiri.

Hoje se fala tanto em integração. Precisamos de uma com-

preensão, já não falo em termos políticos, mas falo, sim, na necessidade da equação sócio-econômica. A sócio-econômica manipula os interesses da população que ali reside pelo fato social, evidentemente.

A única reclamação, a única tristeza que me socorre é que o Governo se lembrou apenas de querer implantar esta obra.

Quero salientar apenas, nobre Deputado, com o devido respeito que o ser humano está sendo esquecido. Primeiro se fazem as obras. Acho que deve ser considerado o aspecto humano. As obras são feitas para a humanidade, mas a humanidade não está ali, mas a humanidade geral do feito que está sendo objeto desta obra. Por que não se aproveita todo este manancial de recursos que para lá se vai e se irradie, não precisa ser ferrovia, não somos tão ambiciosos, esses recursos para melhorar, pelo menos, as estradas que estão lá?

Este o aparte e agradeço a gentileza de V. Exa. que sempre lhe é peculiar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica o nobre orador que está encerrada a Hora do Expediente. V. Exa. tem 2 minutos para concluir sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, já li a súmula do Requerimento que vou encaminhar à Mesa, e vou ficar nisso.

Mas tão somente para afirmar, nobre Deputado, eu discordo de V. Exa. numa afirmação - o Paraná não está abandonado. V. Exa. se referiu a 10 ou 11 anos no setor rodoviário.

No último Governo, o que antecedeu o atual Governo Federal, realmente o Paraná não foi bem aquinhoado, mas, quero lembrar que foi no Governo da ARENA e da Revolução que o Paraná ganhou grandes estradas no setor rodoviário. Poderia referir-me a Ponta Grossa/Foz do Iguaçu, estrada que se arrastava há 30 anos nos Governos totalitários ou democráticos os diferentes partidos que mandaram neste País, um sorvedouro de dinheiro numa administração das mais corrompidas que existiam em que entretanto, com o advento da Revolução, estas obras tiveram um aceleração, suas implantações e suas inaugurações. Então, o que eu pretendo significar é que realmente, nós nos últimos anos, estávamos marginalizados neste importante setor da administração pública e que agora vemos, eufóricos, que o Paraná voltou a se lembrar. Era o único reparo, depois de agradecer o aparte de V. Exa. que foi tão magnânimo em considerá-lo válido.

O SR. DEL CIEL — Naturalmente nós levaremos a nossa opinião a respeito da contestação à parte do nosso pronunciamento, da nossa fala em aparte. Disse V. Exa. que ocupa, os últimos minutos da sua passagem valiosa pela Tribuna desta Casa Legislativa.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado ao Sr. Presidente, obrigado aos Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

(É encaminhado à Mesa pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, o seguinte Requerimento):

“Sr. Presidente.

Respalado no Regimento Interno, e com o apoio do Plenário, o Deputado que adiante subscreve, requer seja enviado apelo ao Ministro dos Transportes, e ao Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A no sentido de que, levando em consideração o Memorial dos Engenheiros da Rede com sede em Curitiba, apresse os estudos para que retorne ao Paraná, a 11ª Divisão Regional da RFFSA. Este apelo da Assembléia Legislativa, une-se aos feitos no Congresso Nacional e cremos que, em vista dos motivos expostos no memorial é uma das mais justas reivindicações.

Requer outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Associação dos Engenheiros da Rede Viação Paraná Santa Catarina, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEN DO DIA.

com a presença de 49 Srs. Deputados.

A Mesa assinala a presença em nosso Plenário, do Sr. Antonio de Sá, Prefeito Municipal de São Tomé.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado.* — *Irà à Comissão de Constituição e Justiça.*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 134/73, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na sede do Município de Castro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — *Aprovado.*

PROJETO DE LEI Nº 134/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola, na Cidade e Município de Castro, neste Estado.

Artigo 2º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 9 de junho de 1973.

a) JOÃO FADEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/74

Autor: Dep. JOÃO FADEL

De autoria do ilustre Deputado JOÃO CALIL FADEL, o Projeto de Lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola na cidade de Castro.

A proposição está constitucionalmente e regimentalmente em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1973.

a) ANTONIO COSTA — Presidente

a) QUIELSE CRISOSTOMO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/73

1 — O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado JOÃO CALIL FADEL, visa autorizar o Poder Executivo a criar, um Ginásio Agrícola no Município de Castro.

2 — Esta matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — O nobre autor na justificação do referido projeto, preconiza que a criação do Ginásio Agrícola, no Município de Castro, viria beneficiar altamente os filhos de lavradores com votação para as tarefas rurais, sem retirá-los do meio ambiente e ao mesmo tempo em que, propiciando base sólida de fixação do homem na terra, estará desta forma eliminando uma das causas migratórias, que despovoava a zona rural e determina impacto demográfico nos centros urbanos.

4 — Face ao exposto, não vemos como deixar de APROVAR nesta Comissão de Finanças.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1973.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/73

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado JOÃO CALIL FADEL, visa autorizar o Poder Executivo a criar um GINÁSIO AGRÍCOLA, na cidade de Castro.

Referida Proposição já recebeu das Doutas Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças, em sua devida oportunidade, pareceres favoráveis.

O âmbito desta Comissão, considerando os argumentos, os mais relevantes, apresentados pelo autor do Projeto em sua brilhante justificativa, verificamos que a reivindicação é justa e oportuna, ainda mais se levarmos em conta que o investimento para a instalação e funcionamento do referido Ginásio será mínimo, porquanto há possibilidade de se transferir a Secretaria de Agricultura, a qual deverá ficar jurisdicionado o novo estabelecimento, as instalações até há pouco utilizadas pelo Grupo de Artilharia do Dorso - GADO, do Exército Nacional.

Sem qualquer restrição opino pela APROVAÇÃO do Projeto, para ulterior tramite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1974.

a) ANTONIO COSTA — Presidente

a) ROSÁRIO PITELLI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 234/73, de autoria do Deputado LEOPOLDO JACOMEL, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada da PR-25 que liga a sede do Município de Tijucas do Sul e Morro do Tigre. Pareceres *favoráveis* da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — *Aprovado*.

PROJETO DE LEI Nº 234/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao D. E.R. para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada da PR-25 que liga a sede do Município de Tijucas do Sul a Morro do Tigre, na barranca do Rio Negro, numa extensão de aproximadamente treze quilômetros.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

O objetivo principal do Projeto é fazer com que o DER volte a conservar este trecho de estrada, o qual durante longos anos esteve sob sua jurisdição e responsabilidade.

Há nove anos que o Departamento abandonou esta via, de tão grande importância para os Municípios da região de Tijucas do Sul. Assim sento, não houve outra alternativa para o Município, do que a de empregar os poucos recursos de que dispõe e manter relativamente conservado o trecho objeto deste Plano de Lei, tendo-se em vista a necessidade do trânsito na região.

Todavia, como existe uma turma de conservação no trecho Rincão-Tijucas do Sul, nada impede que o DER reassuma esta responsabilidade, tão onerosa a Tijucas do Sul.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 234/73

- 1 — Tendo-se em vista que o DER tem melhores condições técnicas e que mantém uma turma própria para esse serviço nas proximidades do trecho objeto do Plano de Lei em pauta, nada mais justo do que ser transferida a sua responsabilidade a conservação desta estrada, a qual é de grande interesse para o Estado.

II — Tratando-se de medida meramente autorizatória, nada impede que o parecer desta Comissão seja favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

a) ANTONIO COSTA — Presidente

a) IGO LOSSO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 234/73

O presente projeto de lei não fere princípios de ordem financeira pelo caráter autorizatório que lhe foi emprestado.

A justificativa nos convence da necessidade da proposição, razão pela qual, somos pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1973.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 234/73

Autor: Deputado LEOPOLDO JACOMEL

1. — Com o presente Plano de Lei visa o nobre Deputado LEOPOLDO JACOMEL, transferir para o DER, a responsabilidade de conservação e melhoria de trecho de estrada da PR-25, que liga a sede do município de Tijucas do Sul a Morro do Tigre, na barranca do Rio Negro, numa extensão de aproximadamente 13 quilômetros.

2. — A proposição obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

3. — A justificativa que o acompanha nos convence da sua oportunidade, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1974.

a) BORSARI NETO — Presidente.

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando trinta dias de licença para tratamento de Saúde. Será incluído na Ordem do Dia, da próxima Sessão Ordinária.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Osvaldo Macedo e Edison Alencar, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Idalina Pessutti. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente, solicitando retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 24/75. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo pelo 156º aniversário de Palmeira, que transcorrerá no dia 7 do corrente. *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela homenagem que em data de hoje é prestada ao Engenheiro Luiz Gonzaga Pinto, quando receberá a condecoração de "Medalha do Mérito Municipal", pelos relevantes serviços prestados ao municipalismo da região dos Campos Gerais. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do DNER, no sentido de que seja dado prosseguimento às obras do Contorno de Cambé — BR-369. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da Tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para que se verifique "in Locun" a situação que tem le-

vado tranquilidade ao povo de Palmital, entre polícia e posseiros daquela localidade. — *Aprovado.*

A Mesa designa os Senhores Deputados Trajano Bastos e Jurandir Messias, para comporem a referida Comissão Especial.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, encaminhado à Mesa na Hora do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, bem como ao Sr. Presidente da RFFSA, para que retorne a Curitiba a 11ª Divisão Regional, daquela autarquia. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pedido de informações, sobre remessa de material escolar de ensino à Inspetoria Regional de Ensino de Apucarana. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, pedido de informação através do Departamento de Unidades Sanitárias, sobre o fechamento de alguns estabelecimentos comerciais em Apucarana. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pedido de informações através da Inspetoria Regional de Ensino de Apucarana, sobre material de ensino. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem de aniversário da fundação do "Jornal de Maringá", — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que, através da Secretaria da Fazenda, sejam determinadas providências no sentido de serem apuradas denúncias formuladas ao Sr. Coletor Estadual de Borrazópolis. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo livro "Doutor Agrícola", de autoria do Bacharel José Brasil Camargo. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Lino Bortolino, pela sua investidura no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Toledo. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedido de informações através da Delegacia de Polícia de Apucarana, sobre o fechamento de diversos estabelecimentos comerciais daquela cidade. — *Aprovado.*

Requerimento dos Srs. Deputados Osvaldo Macedo e Deni Schwartz, constante do Expediente, da Sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria dos Transportes, sobre diversas considerações. — *Aprovado.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 7, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 134/73, 209/73 e 234/73.

DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, solicitando 30 dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 132/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1253/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar, EDUARDO ELIAS THOMÉ, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo, na Divisão de Comissões.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 133/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2329/75, de 20 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

I — designar HAMILTON MARCONDES, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 134/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 836/75, de 4 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar MARIA HERCILIA CAMARA CONTER, ocupante do cargo de nível PL 23, de Oficial de Administração e RAUL ZIPPERER, ocupante do cargo de nível PL 23, de Oficial de Administração, para prestarem serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 169/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 104/75, de 7 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a PAULO CESAR PINHO DUBOC, ocupante do cargo de nível PL 27, de Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 15 de janeiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário